

Anistia a dívidas vai ser votada hoje

AGÊNCIA ESTADO

A emenda que propõe a anistia da correção monetária aos pequenos e médios produtores rurais e aos pequenos e microempresários que contraíram dívidas durante o Plano Cruzado será votada hoje com ou sem acordo. Ainda não há texto definitivo para ser apreciado pelo plenário da Constituinte, mas o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, acha que a melhor fórmula é fazer duas fusões, uma beneficiando apenas os pequenos produtores rurais e microempresários que fizeram empréstimos durante o Plano Cruzado e outra que atenda aos pequenos empresários e médios produtores rurais.

Com a divisão da emenda em dois, a expectativa é de que apenas a primeira, que atende a um número menor de pessoas, seja aprovada. O impacto sobre o Tesouro, caso seja aprovada a emenda perdendo a correção monetária dos microempresários e pequenos produtores rurais que contraíram empréstimos apenas durante o ano de 1986 será de 150 a 180 bilhões de cruzados, segundo informou Sant'Anna. Ele explicou ainda que, se as duas emendas forem aprovadas, anistando todos que se endividaram durante os anos de 86 e 87, o custo será da ordem de 720 bilhões de cruzados.

O governo está preparado para o confronto e acredita que será vitorioso, pois a maior parte das lideranças está inclinada a beneficiar o menor número de empresários e produtores possível, apesar de a quantidade de lobistas ter aumentado consideravelmente ontem.

Diversas emendas foram colocadas em discussão ontem e houve grande reunião à noite. A decisão sobre o texto a ser votado, todavia, ficará mesmo para hoje de manhã. Caso os autores das emendas de anistia não concordem em colocar em votação uma emenda mais restritiva e outra mais ampla, o governo apresentará uma proposta alternativa com essa divisão, assinada pelos deputados Denisar Arneiro (PMDB-RJ) e Nyder Barbosa (PMDB-ES).

RISCO DO MERCADO

O ex-ministro João Sayad, do Planejamento, disse ontem no Rio que é totalmente contrário à anistia aos que se endividaram durante o Plano Cruzado, do qual é um dos pais. Sayad afirmou não sentir a menor responsabilidade, porque todos sabiam que numa economia de mercado toda atividade tem o seu risco.

Também o ex-ministro Mário Simonsen condenou a anistia, "uma grande benesse do governo", que estaria abrindo "um grave precedente".

Não são todos os interessados que aprovam a anistia aos empresários e produtores rurais endividados durante o Plano Cruzado. Na reunião do Conselho de Desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas, realizada ontem na sede da Associação Comercial de São Paulo, foi unânime a condenação a essa proposta — uma das mais explosivas em discussão no Congresso Constituinte. "Isso só iria caracteri-

zar o empresário como caloteiro", critica Elvio Aliprandi, superintendente do conselho, acrescentando que "a livre iniciativa pressupõe riscos". Na sua opinião, a anistia corresponderia a um prêmio à ineficiência: "Como ficam os empresários que se empenharam e até sacrificaram bens pessoais para honrar seus compromissos?", pergunta ele.

Na reunião, que contou com

quase 25 participantes, ficou patente a preferência pela negociação "caso a caso" entre credores e devedores. Além disso, foram apresentadas algumas sugestões para se aliviar — e não eliminar — a carga financeira que pesa sobre as empresas. Essas sugestões incluem a redução em 50% ou até a extinção da correção monetária nos empréstimos contraídos por micros, pequenos e médios empresários, por prazo

de cinco a 18 meses. Para Aliprandi, a anistia pura e simples acabaria prejudicando os próprios empresários; "para financiar a anistia, o governo teria que emitir moeda ou criar tributos, gerando mais inflação e comprometendo ainda mais o desempenho da economia", argumenta ele.

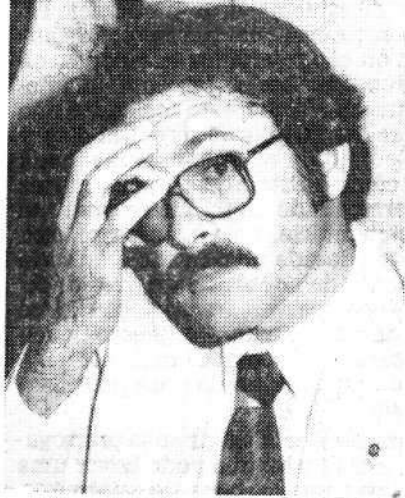
Nó Rio Grande do Sul, também não há apoio integral à anistia, em-

bora seja preocupante o endividamento dos empresários e produtores rurais. Segundo a Associação Gaúcha de Pequenas e Microempresas — que reúne 400 mil estabelecimentos —, apenas 10 mil dos 150 mil empresários que contraíram empréstimos durante o Plano Cruzado conseguiram quitar suas dívidas. O total de seus débitos é avaliado em Cz\$ 20 bilhões, excluindo a correção monetária.



Paulo Berger

Apesar dos problemas que enfrentam por causa das dívidas feitas durante o Cruzado (tomou emprestado Cz\$ 3 milhões, em valor atualizado, e ainda deve 14 prestações — a última paga foi de Cz\$ 70 mil), o pequeno empresário Paulo Berger, diretor da Imobiliária Bergerlar, de Porto Alegre, não concorda com a anistia total, preferindo reivindicar "condições melhores para o pagamento, com mais prazo e carência". Berger contraiu a dívida no Unibanco, quatro meses após o início do Cruzado, para aumentar o capital de giro e quitar a dívida referente à compra da sede própria da empresa. Com o descalçamento, não conseguiu pagar o empréstimo e precisou recorrer à renegociação, inclusive no Bamerindus, para pagar parte do valor devido ao Unibanco. "O sonho terminou muito depressa", diz ele, contando que os planos de expansão acabaram dando lugar a outra realidade: diminuição do número de funcionários de sete para dois, queda de 50% no número de corretores que trabalhavam por comissão, e drástica redução da publicidade, vital para o negócio.



Elias Medeiros de Macedo

Elias Medeiros de Macedo, um dos donos da Artflex e da AMP — duas pequenas empresas dos setores de metal e plásticos de São Paulo —, tinha tudo para defender a anistia a quem se endividou no Cruzado. Afinal, além de renegociar o parcelamento de seus impostos, já vendeu uma casa e planeja vender outra, só para se livrar de suas dívidas, inclusive a assumida junto ao Banco do Brasil, em 1987, dentro de uma linha especial de socorro às pequenas empresas — e ainda reforçar o capital de giro. O empréstimo original era de Cz\$ 200 mil, que um ano depois já se transformou quase em Cz\$ 1 milhão. Ele prefere, porém, que o governo encontre alguma solução de meio-termo, como a redução da correção monetária por um prazo determinado.

"Não defendo a anistia, mas também não é justo que o governo se exima de suas responsabilidades", argumenta. Macedo, que já tinha a Artflex, criou a AMP, em pleno Cruzado. A nova empresa até que resistiu: fatura Cz\$ 3 milhões por mês e não está no vermelho.



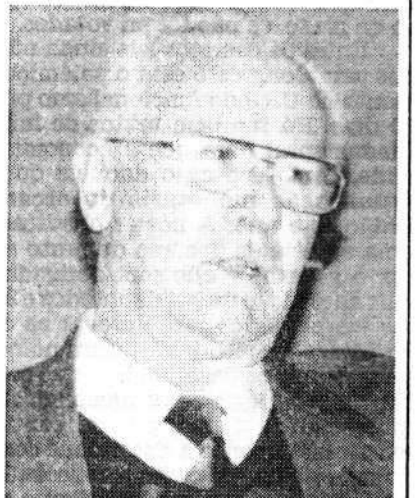
Milton Bellizia Filho

Milton, administrador de empresas, 31 anos, contraiu um empréstimo de cinco mil OTN no Badesp, em 1986. Com esse dinheiro, uma grande vontade de ter sua própria empresa, mais a euforia do Plano Cruzado, abriu a Polisoft Informática, que faz consultoria de sistemas, vende equipamentos, desenvolve software e administra cursos. Tudo montado "com coragem e dinheiro emprestado", como diz Milton, que até hipotecou a casa do pai, um velho joalheiro. Nem por isso é favorável à anistia, medida que classifica de "demagógica". Mesmo tendo de recorrer à Justiça, pedindo o pagamento do empréstimo com correção monetária proporcional — hoje o pagamento do empréstimo, 150 OTN por mês, vem sendo depositado em juízo —, ele diz que não se arrepende. "O banco está aí para isso", raciocina. Melhor que a anistia, acha, seria um planejamento adequado para os microempresários, além de regras definidas e sem alteração durante o jogo. "O País precisa de trabalho, não de paternalismo", decreta. "Essa anistia é absurda e injusta, os incompetentes que saiam do ramo de atividade."



José Ademar Coelho

"Se não for aprovada a anistia aos microempresários, vou precisar me desfazer do pouco que me resta", constata José Ademar, dono da Indústria de Artesanato Miami, de Curitiba. Para saldar os seus empréstimos nos bancos, ele já vendeu dois telefones, três carros da família, e, apesar de já ter pago Cz\$ 1 milhão, deve pelo menos o dobro a três instituições financeiras. "O montante reclamado pelo governo é uma coisa criada por eles", afirma José Ademar, argumentando que o perdão é um direito dos mutuários e que a mesma flexibilidade que os governantes usaram para solucionar os "rombos de instituições como a Coroa-Brasileira e o Sul-Brasileiro" pode ser empregada agora para quitar os compromissos financeiros do tempo do Cruzado. Com apenas três funcionários trabalhando na empresa, José Ademar conta que sua fábrica de artefatos de couro está produzindo somente 10% do que normalmente produz, depois de um fechamento temporário de quatro meses. "Pensei várias vezes em entregar as chaves para o governo e procurar emprego como todo mundo está fazendo", desabafa.



Ivo Franciosi

Existem também os precavidos, que preferiram não confiar nas promessas do governo de inflação zero, desistindo de tomar dinheiro nos bancos. O diretor-geral da Peterlongo (a segunda no mercado de engarrafados do País), Ivo Franciosi, solicitou ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em outubro de 86, um empréstimo de quase Cz\$ 7 milhões, para a construção de mais três pavilhões e aumento da produção. Mas, apenas três meses depois, a Peterlongo já havia quitado a dívida, que estava prevista para ser paga ao longo de quatro anos. "Pedimos a rescisão do contrato, que o banco não queria aceitar, pois entendemos que, somente com o nosso trabalho, não seria possível resgatar a correção monetária, em função do fracasso do Plano Cruzado", explica Ivo, lembrando que, na época, desembolsou 40% do valor emprestado para quitar a dívida e, ao mesmo tempo, arquivou o plano de novos investimentos. "O terreno continua escavado do mesmo jeito, e assim vai ficar até termos dinheiro para cobrir tudo com os nossos recursos", afirma.

Jogo de azar e pena de morte entram na pauta

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

A liberação dos jogos, com reabertura dos cassinos, a realização de plebiscito para instituição de pena de morte para crimes hediondos e emendas visando à criação de novos estados — são alguns dos assuntos que estarão em votação, a partir das 9 horas de hoje, na Constituinte.

O presidente da Assembleia Nacional, Ulysses Guimarães, decidiu fazer sessões durante todo o dia de hoje e de amanhã para acelerar os trabalhos e permitir a conclusão da votação em primeiro turno até amanhã à tarde.

Ontem à tarde, como não estava pronto ainda o acordo das lideranças englobando cerca de 30 artigos restantes das disposições tran-

Reajuste para os aposentados da Previdência

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Os aposentados da Previdência Social terão seus proventos reajustados com base no salário mínimo dentro de no máximo sete meses após a promulgação da nova Constituição. O texto foi acertado ontem durante reunião das lideranças partidárias e será apreciado hoje pelo plenário da Constituinte. Os atrasados não serão pagos e quem quiser reaver-los terá que entrar na Justiça para reclamá-los, antes do final dos trabalhos da Constituinte, conforme advertiu ontem o deputado Arnaldo Faria de Sá (SP), aos cerca de mil aposentados que lotaram ontem o auditório da liderança do PMDB na Constituinte.

Segundo o texto que será colocado em votação, os benefícios de prestação continuada já concedidos pela Previdência Social, à data da promulgação da Constituição, terão seus valores revistos, a fim de que seja restabelecido o poder aquisitivo, expresso em número de salários mínimos que tinham à data da sua concessão até a implantação da lei. Dessa forma, quem se aposentou recebendo cinco salários mínimos e hoje, com a desvalorização dos benefícios, recebe apenas dois ou três salários, voltará a receber os cinco salários a partir do sétimo mês a contar da data da promulgação da Constituinte.

Outro acordo feito pelos líderes foi de que os débitos dos Estados e Municípios para com a União, decorrentes de contribuições previdenciárias, serão liquidados, com correção monetária, em 120 parcelas mensais, dispensadas os juros e multas sobre eles incidentes.

sitórias, a Constituinte passou a votar as emendas aditivas que não entrariam no acordo.

Apesar dos insistentes apelos de Ulysses, que pretendia levar a sessão de ontem até as 22 horas, o quórum foi caindo rapidamente; de 420 votos registrados pouco antes das 18 horas, para 318, às 20 horas, quando a sessão foi encerrada. O vice-líder do PFL, Inocêncio Oliveira (PE), também fez apelo à sua bancada para permanecer em plenário, pois a rápida conclusão dos trabalhos da Constituição "é do interesse geral da Nação", mas Ulysses atê brincou, dizendo, em latim, que ele estava "pregando no deserto".

FESTEJOS

Por 312 votos a favor contra 24 e dez abstenções, a Constituinte

aprovou emenda de autoria do deputado Elio Ferreira criando uma comissão, composta de nove membros — três do Legislativo, três do Judiciário e três do Executivo — para promover as comemorações do centenário da proclamação da República e da promulgação da primeira Carta republicana.

Os festejos começaram já no plenário, quando o deputado José Genofino (PT-SP) disse que seu partido votaria a favor em "homagem à dissidência do PFL", referindo-se ao senador Marco Maciel, autor do pedido de destaque. Rápido, o deputado Inocêncio de Oliveira foi ao microfone e arancou gargalhadas do plenário: "O PFL está coeso e unido". Depois, a Constituinte rejeitou todas as emendas, devido ao baixo quórum e à falta de acordo.

Para as plantações de maconha, expropriação

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Toda a terra onde for encontrada planta de psicotrópicos — como maconha, cocaína e outras — será imediatamente expropriada, sem direito à indenização, e os bens provenientes do tráfico de drogas serão confiscados: é o que estabelece emenda do deputado Valmir Campelo (PFL-DF), aprovada ontem pela Constituinte, por 350 votos contra 28 e 20 abstenções.

A expropriação de terras, nessas condições, já constava do projeto da Comissão de Sistematização e fora reproduzida pelo Artigo 59 do substitutivo do Centrão. A emenda ampliou seu alcance, para determinar também o confisco de bens ad-

quiridos com dinheiro do tráfico de drogas e sua destinação a instituições especializadas no tratamento e recuperação de viciados.

Esta é íntegra do texto aprovado: "As glebas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas serão imediatamente expropriadas e especificamente destinadas ao assentamento de colonos, para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei. Os bens adquiridos com rendimentos provenientes do tráfico ilícito de drogas serão confiscados e revertidos em benefício de instituições e pessoal especializado no tratamento e recuperação de viciados".

Militares tentam influir

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

As lideranças políticas na Constituinte serão procuradas por emissários dos ministros militares para que sejam suprimidas, na votação do segundo turno, as emendas consideradas prejudiciais às Forças Armadas. Dentre essas emendas, o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, destacou ontem a questão do turno de seis horas, "que afetará diretamente as atividades da aeronáutica na área de proteção ao voo, fabricação de aviões e, na área da Marinha, o arsenal".

Moreira Lima, anfitrião do "Almoço de trabalho" que reuniu ontem os seis ministros militares, citou ainda com o assuntos pendentes

na Constituinte a questão da estabilidade do funcionário público, "já quase equacionada através da supressão dos militares do amparo a tal medida", e ainda o condicionamento das prisões ao mandato judicial, que segundo ele trará problemas às polícias militares.

Outros fatos abordados entre os ministros militares foram: a demissão do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e as movimentações que isso ocasionará em cada força, com trocas de almirantes, brigadeiros e generais; a necessidade de estímulo ao desenvolvimento e pesquisa tecnológica, nas instituições militares; e a cooperação militar entre China e Brasil, iniciada com a viagem do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, a Pequim, há 20 dias.



Ulysses apressa a votação da Constituinte, na qual o Estado do Triângulo é rejeitado

Constituinte rejeita a criação do Triângulo

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Não vai haver mais o Estado do Triângulo. A Constituinte rejeitou ontem a fusão de emendas que determinava a realização de um plebiscito, 120 dias depois da promulgação da Constituição, para saber se a população do Triângulo Mineiro desejava ou não ser independente de Minas Gerais. O governador Newton Cardoso trabalhou pessoalmente contra a iniciativa, chegando a patrocinar três excursões de constituintes com seus familiares, com todas as despesas pagas, a Minas Gerais. A emenda, na verdade, nem alcançou o quórum regimental, de 280 votos: a votação foi 252 votos

contra a proposta, 122 favoráveis e 46 abstenções.

Depois da rejeição dessa emenda, não foi colocada em votação a criação de nenhum outro estado — como o de Tapajós, do Maranhão do Sul, do São Francisco, de Santa Cruz e do Iguaçu —, mas foi aprovada a emenda de criação de uma comissão de estudos territoriais. Imaginada por Francisco Rollemberg (PFL-SE), Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e José Carlos Vasconcelos (PMDB-PE), a comissão terá um ano de prazo para realizar estudos sobre o território nacional e propor a criação de novas unidades da Federação. O Congresso terá mais um ano para examinar as soluções propostas.

O senador Afonso Arinos fez um

discurso eloqüente contra a criação do Estado do Triângulo, incluindo um retrospecto sobre as tentativas de divisão de Minas Gerais e até um pedido ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para não interrompê-lo com a campanha. Abaixo da tribuna, um grupo de deputados mineiros aplaudia o senador do Rio. Entre eles estava Daito Canabrava, que no entusiasmo da votação votou a favor da proposta e pediu perdão "de joelhos" a Minas Gerais.

Ulysses, como sempre, tinha pressa, a ponto de não aceitar a questão de ordem do deputado Chico Humberto, um dos pais da proposta, para novamente apreciar a questão, por ser emenda coletiva e não ter obtido o quórum.

O que foi votado ontem

Estas são as emendas aprovadas ontem pela Constituinte para integrar as disposições gerais e transitórias:

Art. — As concessões de serviços públicos de telecomunicações atualmente em vigor ficam mantidas nos termos fixados em lei.

Art. 59 (nova redação) — As glebas de qualquer região do País, onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas, serão imediatamente expropriadas e especificamente destinadas ao assentamento de colonos, para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei. Os bens adquiridos com rendimentos provenientes do tráfico ilícito de drogas serão confiscados e revertidos em benefício de instituições e pessoal especializado no tratamento e recuperação de viciados.

Art. 47 — Foi acrescentado o seguinte parágrafo: Para as eleições de 15 de novembro de 1988, exigir-se à domicílio eleitoral, na circuns-

crição, pelo menos durante quatro meses anteriores ao pleito.

Art. — É criada a Comissão de Estudos Territoriais com dez membros indicados pelo Congresso Nacional e cinco membros do Executivo, escolhidos pelos respectivos poderes até 90 dias após a promulgação desta Constituição, com a finalidade de apresentarem estudos sobre o território nacional e anteprojetos relativos a novas unidades territoriais, notadamente na Amazônia legal e áreas pendentes de solução.

Parágrafo único — No prazo de um ano, a comissão submeterá ao Congresso Nacional o resultado de seus estudos para, nos termos desta Constituição, serem apreciados nos 12 meses subsequentes, extinguindo-se logo após.

Art. — A imprensa nacional e demais gráficas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, da administração direta e indireta, inclusive fundações, insituidas e ou mantidas pelo poder público, promoverão edição popular

do texto integral desta Constituição, que será posta à disposição das escolas e dos cartórios, dos sindicatos, dos quartéis, das igrejas e de outras instituições representativas da comunidade, gratuitamente, de modo que cada cidadão brasileiro possa receber do Estado um exemplar da nova Constituição do Brasil.

Art. — É criada uma comissão composta de nove membros, sendo três do poder Legislativo, três do poder Judiciário e três do poder Executivo, para promover as comemorações do Centenário da Proclamação da República e da Promulgação da Primeira Carta Republicana do País, podendo, a seu critério, desdobrar-se em tantas subcomissões quantas forem necessárias.

Parágrafo único — No desenvolvimento de suas atribuições, a comissão promoverá estudos, debates e avaliações sobre a evolução política, social, econômica e cultural do País, podendo articular-se com os governos estaduais e municipais e com instituições públicas e privadas que desejem participar do evento.